



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**RELATÓRIO ANUAL
DA AUDITORIA INTERNA DO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

EXERCÍCIO DE 2019



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO: 0000451-81.2020.4.90.8000

EXERCÍCIO: 2019

RESPONSÁVEIS:



Presidente: Ministro João Otávio de Noronha



Secretária-Geral: Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes



Secretário de Auditoria Interna: Manuel dos Anjos Marques Teixeira



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SUMÁRIO

	P.
	5
I – INTRODUÇÃO	5
I – DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA AUDITORIA INTERNA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – SAI/CJF	6
II – ESTRUTURA	7
III – CURSOS E EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	7
III.1 – CURSOS	7
III.2 – EVENTOS	8
IV – INSTITUIÇÃO DE PROGRAMAS COM VISTAS A DAR CUMPRIMENTO À INTEGRAÇÃO, À PADRONIZAÇÃO E À TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DAS UNIDADES INTEGRANTES	9
IV.1 – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE DADOS DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – SIAUD	9
IV.2 – ESTATUTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL	11
IV.3 – MANUAL DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	12
IV.4 – SISTEMA AUDITAR	12
V – ATUALIZAÇÃO DE NORMATIVOS	13
VI – REPRESENTATIVIDADE DA SAI/CJF EM ÓRGÃOS COLEGIADOS	13
VI.1 – CONSELHO DE DIRIGENTES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO – DICON	13
VI.2 – CONSELHO DELIBERATIVO DO PRÓ-SER	14
VII – ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO NO PROCESSO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CJF – EXERCÍCIO 2018	14
VIII – COMITÊ TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO	14
VIII.1 – VISITAS TÉCNICAS AOS TRFs	16
IX – ATIVIDADES RELACIONADAS ÀS AUDITORIAS E AOS OUTROS PROCEDIMENTOS CORRELATOS EXECUTADOS NOS ORGÃOS DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS	17
IX.1 – SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA DO CJF	18
IX.2 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO	18
IX.2.1 – Seção Judiciária do Acre	19



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IX.2.2	– Seção Judiciária do Amazonas	19
IX.2.3	– Seção Judiciária do Amapá	19
IX.2.4	– Seção Judiciária da Bahia	20
IX.2.5	– Seção Judiciária do Distrito Federal	20
IX.2.6	– Seção Judiciária de Goiás	20
IX.2.7	– Seção Judiciária do Maranhão	21
IX.2.8	– Seção Judiciária de Mato Grosso	21
IX.2.9	– Seção Judiciária de Minas Gerais	21
IX.2.10	– Seção Judiciária do Pará	21
IX.2.11	– Seção Judiciária de Rondônia	21
IX.2.12	– Seção Judiciária de Roraima	22
IX.2.13	– Seção Judiciária do Tocantins	22
IX.2.14	– Seção Judiciária do Piauí	22
IX.3	– TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	22
IX.3.1	– Seção Judiciária do Espírito Santo	23
IX.3.2	– Seção Judiciária do Rio de Janeiro	23
IX.4	– TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	23
IX.4.1	– Seção Judiciária de São Paulo	24
IX.4.2	– Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul	25
IX.5	– TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	25
IX.5.1	– Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	25
IX.5.2	– Seção Judiciária do Paraná	25
IX.5.3	– Seção Judiciária de Santa Catarina	25
IX.6	– TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	25
IX.6.1	– Seção Judiciária de Alagoas	25
IX.6.2	– Seção Judiciária do Ceará	26
IX.6.3	– Seção Judiciária da Paraíba	26
IX.6.4	– Seção Judiciária de Pernambuco	26
IX.6.5	– Seção Judiciária do Rio Grande do Norte	26
IX.6.6	– Seção Judiciária de Sergipe	27
X	– PLANO ANUAL DE AUDITORIA – 2020	27
XI	– CONCLUSÃO	29

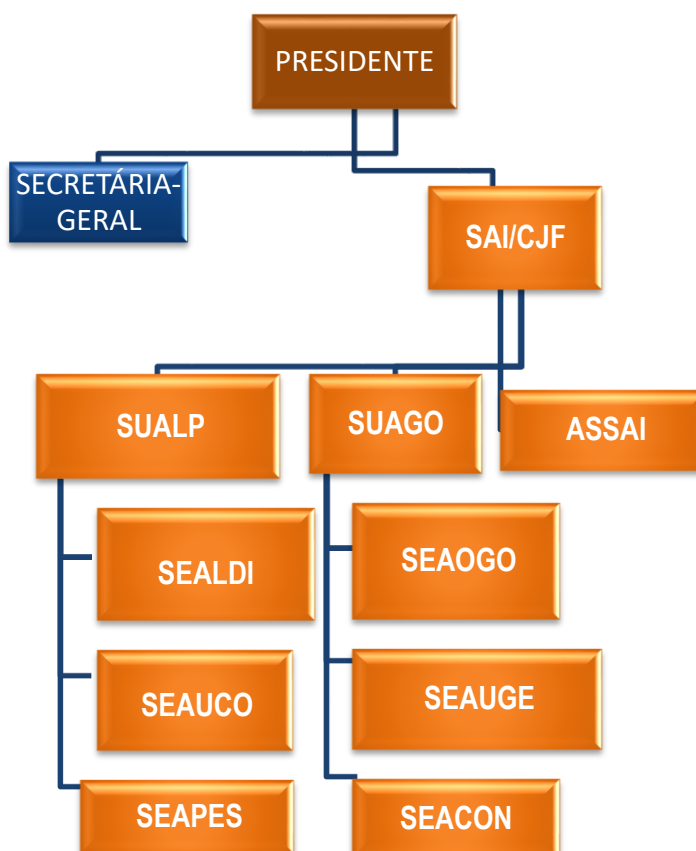


JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

INTRODUÇÃO

Este relatório destina-se a apresentar as atividades desenvolvidas pelas unidades de Auditoria Interna que integram o Conselho da Justiça Federal - CJF e a Justiça Federal de 1º e 2º graus, no exercício de 2019 – com destaques voltados à transparência, à padronização e à integração entre as unidades de Auditoria Interna, tendo, como órgão central, a Secretaria de Auditoria Interna do Conselho – SAI-CJF – elaborado em obediência às normas gerais que regem a matéria, especialmente, as que se seguem:

ORGANOGRAMA





JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**I – DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE
AUDITORIA INTERNA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – SAI/CJF**

1. O Conselho da Justiça Federal tem, como órgão central, o Sistema de Controle Interno da Justiça Federal – SCI/JF, constituído pela SAI/CJF e pelos órgãos setoriais e seccionais das unidades congêneres dos Tribunais Regionais Federais - TRFs e das Seções Judiciárias.

2. O SCI/JF é coordenado pelo dirigente da SAI/CJF (Resolução n. 85/2009, art. 2º, art. 2º, § 3º).

3. Ao referido Sistema compete:

a) estabelecer diretrizes básicas de seu funcionamento para promover a padronização e racionalização dos procedimentos administrativos e operacionais em todos os níveis de suas atividades;

b) adequar e desenvolver instrumentos de comunicação, visando à integração harmônica dos seus órgãos;

c) oferecer condições de aperfeiçoamento de métodos e técnicas de trabalho, buscando a eficiência e a eficácia dos resultados;

d) manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com as unidades de Auditoria Interna dos demais órgãos da Administração Federal;

e) realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário e de pessoal nos demais sistemas administrativos e operacionais da Justiça Federal de 1º e 2º graus (Resolução n. 85, de 11 de dezembro de 2009, art. 4º, incisos I, “a”, “b” e “c”, V e VI).

4. À SAI/CJF compete avaliar a governança, a gestão de riscos, os controles internos administrativos, o cumprimento dos planos institucionais e a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, quanto aos princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública, bem como apoiar o órgão de controle externo e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e, quando determinado, atuar em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, nos termos da Resolução n. 531, de 27 de março de 2019.

5. É também da sua competência orientar as ações normativas, bem como exercer a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema (Resolução n. 85/2009, art. 2º, § 1º).

6. Os órgãos setoriais e seccionais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do SCI/JF, sem prejuízo de sua subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estejam integrados (Resolução n. 85/2009, art. 2º, § 2º).

7. Cabem ao SCI/JF a orientação normativa e a supervisão técnica dos órgãos que compõem o sistema (Resolução n. 85/2009, art. 2º, § 1º).

8. O SCI/JF tem, ainda, a finalidade de apoiar o controle externo e o CNJ no exercício de sua missão institucional (Resolução n. 85/2009, art. 3º, inciso III).



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

9. A avaliação da execução dos programas de governo tem por fim comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento (Resolução n. 85/2009, art. 3º, § 2º).

10. Junto ao SCI/JF funcionará, nos termos da Resolução n. 206, de 2 de dezembro de 1998, o Comitê Técnico de Controle Interno – CTCI, com a finalidade de prestar assessoramento ao SCI/JF na adoção de sistemática de ação integrada das atividades de controle no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus (Resolução n. 85/2009, art. 7º, *caput*).

II - ESTRUTURA

11. A SAI/CJF encontra-se estruturada da seguinte forma:

1. Gabinete do Secretário (dois assessores)

1.1 Assessoria Técnica de Auditoria Interna – ASSAI

1.2 Subsecretaria de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal – SUALP

1.2.1 Seção de Auditoria de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades – SEALDI

1.2.2 Seção de Auditoria de Contratos – SEAUCO

1.2.3 Seção de Auditoria de Pessoal – SEAPES

1.3 Subsecretaria de Auditoria de Governança e de Gestão – SUAGO

1.3.1 Seção de Auditoria de Gestão e de Prestação de Contas – SEAUGE

1.3.2 Seção de Auditoria Operacional e de Governança – SEAOGO

1.3.3 Seção de Auditoria Contábil – SEACO

III – CURSOS E EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

12. No exercício de 2019, a SAI/CJF, com vistas a manter o seu quadro de auditores permanentemente informado e atualizado às constantes adequações que são aplicadas nacional e internacionalmente, priorizou e investiu na melhoria de seus procedimentos, fomentando a atualização de conhecimentos do seu corpo funcional, mediante a participação em cursos preparatórios e eventos de capacitação, dentre os quais se destacaram:

III.1 - CURSOS

- | | |
|--|--------|
| a) “Contratações Públicas”; | 1/2019 |
| b) “Ouvidoria na Administração Pública”; | 1/2019 |
| c) “Sistema de Malote Digital”; | 3/2019 |
| d) “Lei de Acesso à Informação”; | 5/2019 |



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- | | |
|---|------------------|
| e) “Gestão Financeira e Investimentos para o Servidor Público”; | 5/2019 |
| f) “Gerenciando com Excelência”; | 6/2019 |
| g) “Introdução à Estrutura e Competência da Justiça Federal”; | 8/2019 |
| h) “Gestão de Riscos no Setor Público”; | 10/2019 |
| i) “Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito Administrativo”; | 11/2019 |
| j) “Cadastro de Pessoa e os Reflexos na Folha de Pagamento”; | 11/2019 |
| k) “Auditoria e Governança Pública”; | 11/2019 |
| l) “Comunicação Master”; | 12/2019 |
| m) “Reforma da Previdência – Previdência, Cálculo de Aposentadorias dos Servidores Públicos”; | 12/2019 |
| n) “Auditoria Baseada em Riscos” – <i>online</i> . | Ao longo de 2019 |

III.2 - EVENTOS



Encontro com as Bases

- | | |
|---|--------|
| a) “Encontro com as Bases” teve a participação de diretores do foro e diretores das secretarias administrativas das seções judiciárias dos 27 Estados da União, e contou com a abertura do Exmo. Sr. Ministro Presidente do CJF, João Otávio de | 5/2019 |
|---|--------|



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Noronha, e da Secretária-Geral do CJF, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, oportunidade em que cada titular das unidades que integram o CJF fizeram exposição detalhada sobre as suas respectivas áreas de responsabilidade, tendo como objetivo principal promover uma aproximação e proporcionar maior harmonização, interação, intercâmbio e troca de informações de caráter institucional entre o CJF e as unidades que integram a Justiça Federal;

- | | |
|---|---------|
| b) “Seminário Governança e Gestão de Contratações no Poder Judiciário”; | 3/2019 |
| c) “4º Encontro de Gestão Sustentável”; | 4/2019 |
| d) “5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário”; | 5/2019 |
| e) “Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para Ecossistema de Justiça EXPOJUD”; | 6/2019 |
| f) “Seminário de Governança, Riscos e Integridade”; | 8/2019 |
| g) “10º <i>Forum</i> Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental”; | 10/2019 |
| h) “3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos”. | 11/2019 |

IV – INSTITUIÇÃO DE PROGRAMAS COM VISTAS A DAR CUMPRIMENTO À INTEGRAÇÃO, À PADRONIZAÇÃO E À TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DAS UNIDADES INTEGRANTES

13. Em cumprimento às determinações contidas no art. 4º, inciso I, da Resolução CJF n. 85/2009, que estabelece as diretrizes básicas – visando: a) promover a padronização e a racionalização dos procedimentos administrativos e operacionais em todos os níveis das atividades; b) adequar e desenvolver instrumentos de comunicação, objetivando a integração harmônica dos seus órgãos; e c) oferecer condições de aperfeiçoamento de métodos e técnicas de trabalho, buscando a eficiência e a eficácia dos resultados – foram desenvolvidos e instituídos, com a participação e assessoria efetiva dos integrantes do CTCI (membros titulares das unidades de Auditoria Interna dos TRFs), os seguintes programas:

IV.1 - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE DADOS DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – SIAUD

14. Implementação do Sistema de Integração de Dados de Auditoria Interna da Justiça Federal – SIAUD, em meio eletrônico na internet, com a finalidade de disponibilizar aos órgãos integrantes informações das auditorias internas realizadas e em curso, padronizar os procedimentos referentes às atividades de Auditoria Interna no âmbito da Justiça Federal, e manter permanente intercâmbio de dados, informações e conhecimentos entre as unidades de Auditoria Interna do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

15. O acesso e a prestação das informações referentes às atividades de auditoria são de observância obrigatória para todas as unidades de auditoria interna dos Tribunais Regionais Federais e respectivas Seções Judiciárias.

16. Deverão ser inseridas todas as informações relacionadas a auditorias e de quaisquer outros procedimentos correlatos com as funções de auditoria, conforme Anexo à Portaria CJF n. 638, de 5 de dezembro de 2019.

17. A SAI/CJF disponibilizará o ambiente eletrônico para o acesso e a inserção das informações requeridas, observando-se o modelo de dados constante do quadro anexo a esta Portaria.

18. Os dados inseridos no sistema, atualizados a partir da abertura do respectivo processo, serão de inteira responsabilidade dos titulares das respectivas unidades cadastradoras.

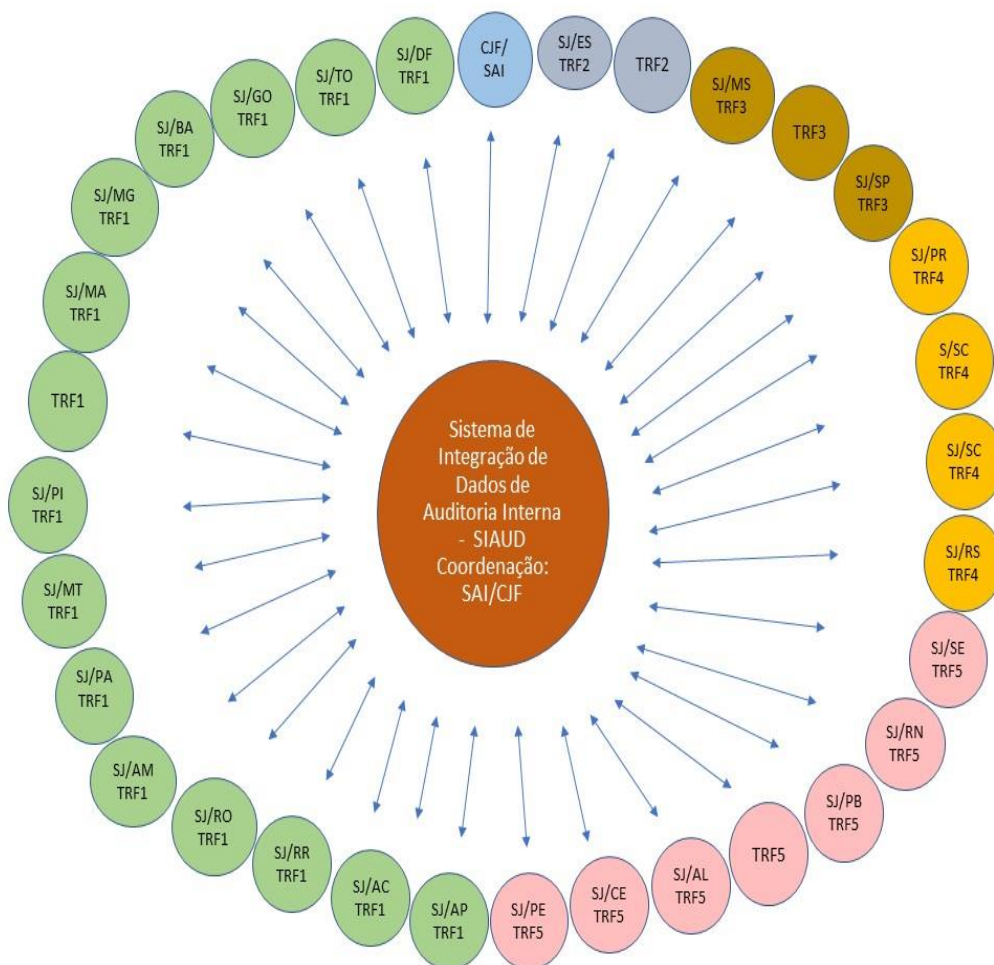
19. O acesso ao ambiente eletrônico para consulta e inserção dos dados será disponibilizado pela SAI/CJF, mediante credenciamento dos titulares das unidades de Auditoria Interna dos TRFs e respectivas Seções Judiciárias.

20. Deverão ser cadastradas todas as atividades de auditoria realizadas a partir do início do exercício de 2020.

21. Será autorizado o acesso ao inteiro teor dos processos do CJF constantes no campo “número do processo”, por meio do credenciamento dos titulares, e seus respectivos substitutos, das unidades de Auditoria Interna dos TRFs e Seções Judiciárias junto à SAI/CJF.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



IV.2 - ESTATUTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL

22. Ainda na esteira de promover a integração e a padronização de procedimentos no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º grau, na qualidade de órgão central do SCI/JF, a SAI/CJF, com ampla participação do CTCI, elaborou o Estatuto da Atividade de Auditoria Interna da Justiça Federal.

23. O mencionado Estatuto tem o propósito de posicionar-se como instrumento de convergência das práticas de auditoria interna exercidas no âmbito da Justiça Federal, ao contemplar normas, modelos e boas práticas da administração pública e internacionais, definir princípios, conceitos e diretrizes que nortearão as atividades de auditoria interna, e fornecer uma estrutura básica para o aperfeiçoamento de sua atuação.

24. Contempla também o Código de Ética da Atividade de Auditoria Interna, em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna – IPPF do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA/Brasil.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

25. O normativo consolida as novas estruturas organizacionais e metodológicas concernentes à atividade de auditoria interna no setor público, em consonância com as recentes orientações do Tribunal de Contas da União, notadamente no âmbito do Poder Judiciário, acompanhando diretrizes estipuladas pelo CNJ.

26. Adotou como modelo a Instrução Normativa n. 3, de 9 de junho de 2017, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), que instituiu o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, considerado um documento norteador das atividades de auditoria no âmbito da Administração Pública Federal.

IV.3 - MANUAL DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

27. Em continuidade à normatização a ser promovida pelo Estatuto da Atividade de Auditoria Interna da Justiça Federal, a SAI/CJF está preparando a minuta do Manual da Atividade de Auditoria Interna da Justiça Federal, o qual também visa dar conformidade à padronização de todos os procedimentos operacionais relacionados à atividade de auditoria interna, estabelecendo os modelos padronizados de todos os papéis de trabalho atinentes a essa atividade.

28. O primeiro modelo a ser elaborado e apresentado como padrão às unidades de Auditoria Interna dos TRFs e Seções Judiciárias diz respeito ao relatório de auditoria, finalizado no âmbito da SAI e em estudo final para ser instituído junto a essas unidades.

IV.4 - SISTEMA AUDITAR

29. O Sistema AUDITAR encontra-se em desenvolvimento pelo CNJ, de cujo projeto inicial participam a SAI/CJF e a Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal Militar, o TRF da 1ª Região e o Tribunal de Justiça de Rondônia. O citado sistema visa automatizar os órgãos de Auditoria Interna e de Tecnologia da Informação, não somente na Justiça Federal, mas em todos os órgãos que atuam em seu desenvolvimento, e tem por escopo a automatização e o gerenciamento dos processos de planejamento e de execução de auditorias. Terá o potencial de agilizar e tornar muito mais transparente, confiável e segura a realização das auditorias, uma vez que todas as informações serão controladas e armazenadas no Sistema informatizado.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

V - ATUALIZAÇÃO DE NORMATIVOS

30. O Colegiado do CJF aprovou a Resolução CJF n. 562/2019, que dispôs sobre a atualização de normativos do CJF que atribuíam atos de cogestão às unidades de Auditoria Interna do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como de normativos que faziam referência à nomenclatura desatualizada dessas unidades, que deixaram de se caracterizar como de “Controle Interno”, passando a se denominar “Auditoria Interna”.

Norma alterada	Assunto
Resolução n. CF-RES-2012/00211, de 29 de outubro de 2012	Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos ao cumprimento de decisão judicial com repercussão para a União em folha de pagamento de pessoal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
Resolução CJF n. 352, de 16 de janeiro de 2004	Dispõe sobre a atualização de valores vinculados ao Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, série especial, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e dá outras providências.
Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro de 2009	Dispõe sobre a organização e as diretrizes de funcionamento do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal.
Resolução CJF n. 401, de 8 de novembro de 2004	Dispõe sobre o Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
Resolução CJF n. 206, de 2 de dezembro de 1998	Cria o Comitê Técnico de Controle Interno da Justiça Federal – CTCI e dá outras providências.
Resolução n. CJF-RES-2018/00490, de 28 de junho de 2018	Dispõe sobre os procedimentos operacionais a serem adotados quanto à adesão ao Regime Previdenciário instituído pela Lei n. 12.618, de 30 de abril de 2012, e ao cálculo do benefício especial, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012	Dispõe sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

VI – REPRESENTATIVIDADE DA SAI/CJF EM ÓRGÃOS COLEGIADOS

VI.1 - CONSELHO DE DIRIGENTES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DA UNIÃO – DICON

31. O Secretário de Auditoria Interna do CJF é membro do Conselho de Dirigentes dos Órgãos de Controle Interno da União – DICON, entidade que reúne os dirigentes das unidades de auditoria interna que, no âmbito da esfera pública federal, exercem o papel de sistemas de controle interno no exercício das competências estabelecidas no art. 74 da Constituição Federal. Constitui-se em instância voltada ao debate de temas relevantes para a atuação e fortalecimento deles junto à Administração Pública Federal, buscando promover a integração entre os diversos órgãos.

32. No exercício de 2019, o DICON realizou quatro reuniões ordinárias, nas quais o titular da SAI/CJF ou o seu substituto legal participaram de suas discussões e deliberações.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

VI.2 - CONSELHO DELIBERATIVO DO PRÓ-SER

33. Por força do art. 67, § 9º, do Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça – Pró-Ser, o Secretário de Auditoria Interna do CJF compõe o Conselho Deliberativo do Pró-Ser, sem direito a voto.

34. No exercício de 2019, foram realizadas nove reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias, nas quais houve importantes deliberações relativas à assistência médica e odontológica dos servidores do STJ e do CJF.

VII - ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO NO PROCESSO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CJF – EXERCÍCIO DE 2018

35. Em cumprimento à determinação contida no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, e no art. 13, incisos IV, V e VI, da Instrução Normativa TCU n. 63, de 1º de setembro de 2010, a SAI/CJF emitiu, juntamente com o Relatório de Gestão do Conselho da Justiça Federal, entregue anualmente ao Tribunal de Contas da União, relatório de auditoria de gestão, certificado de auditoria e parecer conclusivo do dirigente da Secretaria.

36. Assim, no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018, a SAI/CJF providenciou a elaboração do Relatório da Unidade de Auditoria Interna, que integrou o Relatório de Gestão do CJF referente ao exercício de 2018.

VIII - COMITÊ TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

37. O art. 7º da Resolução n. 85/2009 prevê que, nos termos da Resolução CJF n. 206, de 2 de dezembro de 1998, funcionará, junto ao SCI/JF, o CTCI, com a “finalidade de prestar assessoramento ao SCI/JF na adoção de sistemática de ação integrada das atividades de controle no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro 1º e segundo 2º graus”.

38. Conforme o art. 1º, § 1º, incisos I e II, da Resolução CJF n. 206/1998, integram o CTCI, na qualidade de membros natos, o Secretário de Auditoria Interna do CJF, que o preside, e os dirigentes das unidades de Auditoria Interna dos cinco TRFs.

39. No exercício de 2019, o CTCI realizou duas reuniões presenciais e uma reunião por videoconferência, nas quais foram discutidas, dentre outros, os seguintes assuntos:



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



44ª Reunião do CTCI

40. A 44ª reunião do CTCI foi realizada no dia 14 de junho, na sede do CJF, e tratou, dentre outros assuntos: a) da análise das minutas de resolução que aprova o Estatuto da Atividade de Auditoria Interna do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e que altera a Resolução CJF n. 148, de 26 de maio de 1995, a qual regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, os procedimentos referentes a atos de admissão, desligamento de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões; e b) da análise e aprovação das minutas que atualizam as Resoluções CJF n. 85/2009 e n. 206/1998.

41. Na 45ª Reunião, realizada na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife-PE, em 2 de setembro, o Comitê deu continuidade à análise da minuta de resolução que aprova o Estatuto da Atividade de Auditoria Interna do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e discutiu a disponibilização do Sistema Auditar instalado no CJF aos TRFs.

42. A 46ª Reunião do CTCI foi realizada por videoconferência, no dia 27 de setembro de 2019, e tratou exclusivamente da análise do Relatório da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas, ocasião em que foram deliberados diversos ajustes nos achados resultantes da referida auditoria.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

VIII.1 - VISITAS TÉCNICAS AOS TRFs



Visita técnica ao TRF5

43. O titular da SAI/CJF, acompanhado da titular da Subsecretaria de Auditoria de Governança e de Gestão, sua substituta eventual, visitaram as sedes dos cinco TRFs, onde foram recebidos pelos presidentes e diretores-gerais, acompanhados dos dirigentes das unidades de Auditoria Interna. O objetivo das visitas foi o de apresentar o novo Secretário de Auditoria Interna do CJF e promover maior aproximação e integração entre o CJF, como órgão central do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal, e os TRFs, com seus respectivos órgãos setoriais.



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IX - ATIVIDADES RELACIONADAS ÀS AUDITÓRIAS E AOS OUTROS PROCEDIMENTOS CORRELATOS EXECUTADOS NOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS



Auditoria do CJF no TRF4



Auditoria do CJF na Seção Judiciária de Sergipe



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

44. No exercício de 2019, as unidades de Auditoria Interna dos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus realizaram as atividades relacionadas no quadro abaixo:

IX.1	
SAI/CJF	
N. de ordem	Auditorias
1	Auditoria coordenada – CNJ em governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
2	Auditoria no Tribunal Regional Federal da 1ª Região
3	Auditoria no Tribunal Regional Federal da 4ª Região
4	Auditoria do planejamento da contratação e fase interna da licitação do CJF
5	Monitoramento da auditoria de execução, compatibilidade de valores e gestão do contrato de vigilância do CJF
6	Monitoramento da auditoria na fiscalização/gestão da contratação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva do CJF
7	Monitoramento da auditoria do Pró-Ser
8	Auditoria coordenada – CNJ de gestão documental
9	Auditoria de gestão referente ao processo de contas do exercício de 2018
10	Auditoria em processos de contratação por registro de preços (SRP) do CJF
11	Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas
12	Auditoria na fase externa da licitação em processos de aquisição/prestação de serviços no CJF
13	Auditoria no Tribunal Regional Federal da 5ª Região e nas Seções Judiciárias de Pernambuco e de Sergipe
14	Auditoria na folha de pagamento de pessoal do CJF
15	Monitoramento da auditoria nas contratações relacionadas às construções da Seção Judiciária de Minas Gerais
16	Monitoramentos da auditoria no sistema do circuito fechado de TV do CJF
Atividades correlatas à Auditoria	
17	Plano Anual de Auditoria
18	Alterações de normativos
19	Sistema Auditar
20	Inscrição em cursos/eventos
21	Análise de processos de concessão de aposentadoria/pensão
22	Análise de processos de nomeação para cargo efetivo
23	Análise de processos de acerto de contas
24	Conhecimento de decisões do Colegiado do CJF
25	Análise de processos de assuntos diversos da Administração
IX.2	
TRF - 1ª REGIÃO	
1	Auditoria de gestão 2018
2	Auditoria na folha de pagamento de magistrados e servidores



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

3	Auditoria no controle eletrônico de frequência de servidores
4	Auditoria no pagamento de rubricas de decisões judiciais
5	Auditoria operacional e de conformidade nos processos de averbações de tempo de serviço e de contribuição
6	Auditoria em pagamento da gratificação por encargo de cursos e concursos
7	Auditoria em requisição e cessão de servidores e redistribuição de cargos
8	Auditoria contínua em folha de pagamento de pessoal ativo e inativo
9	Auditoria em acúmulo ilegal de cargos, empregos ou funções públicas
10	Avaliação dos controles e da regularidade dos dados cadastrais relativos à assistência à saúde
11	Auditoria de conformidade de concessão e pagamento de auxílio pré-escolar
12	Avaliação dos controles e da regularidade dos procedimentos relativos a concessão e pagamento de auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-moradia e auxílio-saúde
13	Ação coordenada pelo CNJ de Avaliação da Gestão Documental
14	Auditoria conjunta em Governança e Gestão de Pessoas, coordenada pela SAI/CJF
15	Auditoria compartilhada em gestão de Tecnologia da Informação
16	Ação coordenada de auditoria – CNJ – de governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
IX.2.1 SJ/AC	
1	Monitoramento em auditoria de processos de pagamento de diárias
2	Monitoramento em auditoria de sustentabilidade
3	Acompanhamento em pagamentos de exercícios anteriores
4	Auditoria em contratos de terceirização
5	Auditoria em procedimento de desfazimento de bens
6	Auditoria em pagamentos de AJG
7	Auditoria sobre o controle de frequência de servidores
8	Consultoria das áreas administrativa
9	Auditoria sobre o pagamento da GAJU
10	Auditoria sobre o pagamento de rubricas de decisões judiciais
11	Auditoria sobre a concessão e pagamento de auxílio-natalidade, auxílio-funeral; auxílio-moradia e auxílio-saúde
IX.2.2 SJ/AM	
1	Acompanhamento das ações da seccional relacionadas a obras e reformas
2	Conferência de arquivos gerados pelo sistema de folha de pagamento
3	Auditoria preventiva em processos licitatórios selecionados
4	Auditoria em contratos de terceirização
5	Auditoria do TCU e do CJF sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação
6	Avaliação dos controles internos e da conformidade dos processos de concessão de pensão de magistrados e servidores
7	Pagamento de exercícios anteriores
8	Consistência das informações no Sistema de Recursos Humanos, referentes aos magistrados e servidores, aposentados e pensionistas
9	Auditoria compartilhada com as Seccionais do AM, AP, MA, MT e RO em gestão de TI
IX.2.3 SJ/AP	
1	Auditoria de gestão
2	Auditoria em contratos de terceirização de serviços contínuos com cessão de mão de obra
3	Auditoria sobre a requisição de servidores de outros órgãos ou entidades
4	Auditoria sobre a gestão de Tecnologia da Informação
5	Auditoria sobre a gestão e operacionalização das contas-depósito vinculadas — bloqueadas para movimentação



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**IX.2.4
SJ/BA**

1	Relatório de auditoria de gestão
2	Ações de monitoramento dos PAINTs 2017/2018
3	Implementação de recomendações das auditorias interna e externa
4	Avaliação das aquisições por meio de licitação
5	Avaliação das contratações diretas
6	Avaliação da gestão dos bens do almoxarifado
7	Ação coordenada de auditoria – CNJ, auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial
8	Avaliação das aquisições por meio de ata de registro de preços
9	Avaliação da liquidação e do pagamento de despesas contratuais
10	Avaliação da liquidação e do pagamento de despesas contratuais – obras de Engenharia
11	Avaliação da gestão de bens imóveis
12	Avaliação do processo de registro do rol de responsáveis
13	Ação coordenada de auditoria – CNJ, avaliação da Gestão Documental
14	Avaliação das alterações contratuais
15	Avaliação dos indícios de irregularidades nas folhas de pagamento enviados pelo TCU
16	Exame da regularidade das folhas de pagamento do mês de fevereiro/2019
17	Exame da regularidade das folhas de pagamento do mês de julho/2019
18	Exame da regularidade das folhas de pagamento do mês de outubro/2019
19	Avaliação da regularidade da liquidação e do pagamento a pessoal requisitado
20	Gestão das ações de capacitação de pessoas
21	Avaliação da concessão de benefício especial
22	Avaliação da gestão do plano de autogestão – Pró-Social
23	Avaliação dos atos de admissão, aposentadoria e pensões
24	Exame da regularidade da folha de pagamento da gratificação natalina/2018
25	Exame da regularidade das folhas de pagamento do mês de dezembro/2018

**IX.2.5
SJ/DF**

1	Apoio técnico e consultoria no processo de prestação de contas anual
2	Auditoria em folha de pagamento de pessoal
3	Auditoria de averbação de tempo de serviço
4	Auditoria de passivos pagos em dezembro de 2016 – ação compartilhada com o TRF1 e o CJF
5	Auditoria de patrimônio e cessão de espaço físico em imóvel
6	Auditoria de gestão de material e patrimônio – ação compartilhada com o TRF1
7	Ação coordenada de auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial com o CNJ
8	Atividade de controle no processo de contratação de serviços terceirizados
9	Auditoria preventiva em processos licitatórios selecionados
10	Auditoria nos imóveis sob a responsabilidade da Seção Judiciária do Distrito Federal e cessão de uso a permissionários
11	Auditoria sobre a efetividade da gestão de Tecnologia da Informação - ação coordenada com o TRF1 e Seção Judiciária de Minas Gerais

**IX.2.6
SJ/GO**

1	Auditoria de Gestão do exercício de 2018
2	Auditoria de conformidade de averbação de tempo de contribuição/serviço de servidores
3	Ação coordenada de auditoria – CNJ em governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
4	Auditoria de monitoramento dos exames realizados em processos de concessão e pagamento de diárias



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**IX.2.7
SJ/MA**

1	Contas dos gestores – Relatório de Avaliação da Gestão 2018
2	Gestão de Pessoas – folha de pagamento
3	Gestão de Pessoas – averbação de tempo de serviço/contribuição
4	Tecnologia da Informação – efetividade das ações de gestão de TI
5	Governança orçamentária, gerenciamento e execução contábil

**IX.2.8
SJ/MT**

1	Auditoria compartilhada sobre a gestão de TI
2	Reajuste IPCA
3	Auditoria de licitações e contratações no ano de 2019
4	Relatório de Auditoria de Gestão 2018
5	Auditoria de conformidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões
6	Auditoria sobre a folha de pagamento de pessoal ativo e inativo de magistrados e servidores

**IX.2.9
SJ/MG**

1	Auditoria relativa à averbação de tempo de serviço e contribuição na SJ/MG
2	Monitoramento da auditoria de avaliação dos procedimentos referentes ao pagamento de horas extras
3	Monitoramento da auditoria relativa à implantação e ao processamento do Funpresp-Jud
4	Monitoramento da auditoria de conformidade para avaliação dos procedimentos relativos à inscrição e ao cadastramento do auxílio-saúde
5	Auditoria de gestão – avaliação da fase interna das licitações para contratação de serviços de conservação e limpeza
6	Auditoria de avaliação da gestão de transporte
7	Auditoria de gestão – avaliação da fase externa das licitações e da gestão dos contratos de conservação e limpeza
8	Monitoramento das recomendações relativas à auditoria de avaliação da gestão de transporte
9	Monitoramento relativo à implementação das recomendações elencadas no relatório final da auditoria sobre as Contas Vinculadas
10	Monitoramento referente à implementação das recomendações do relatório final da Auditoria nos Pagamentos de Honorários na Ação de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC
11	Auditoria de gestão sobre as contratações relativas às aquisições realizadas por meio de dispensa de licitação
12	Monitoramento relativo à implementação das recomendações do relatório final da Auditoria compartilhada do TRF1 com as Seccionais de MG, BA e DF sobre as contratações e gestão de TI

**IX.2.10
SJ/PA**

1	Auditoria de gestão do exercício de 2019
2	Auditoria coordenada pelo CNJ em governança orçamentária, financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil

**IX.2.11
SJ/RO**

1	Fiscalização dos contratos que envolveram a obra da subestação elevada na sede da Justiça Federal em Porto Velho
2	Auditoria na gestão de material
3	Monitoramento da implementação das recomendações do relatório de auditoria de acessibilidade
4	Conferência de diligência trimestral sobre a folha de pagamento de servidores e magistrados
5	Monitoramento da auditoria em gestão de material
6	Elaboração do relatório e parecer da unidade de auditoria interna que acompanham o Relatório de Gestão 2018
7	Gestão das despesas do Programa de Assistência à Saúde



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

8	Auditoria compartilhada com o TRF1 sobre a aplicação de questionário de avaliação de controles internos
9	Auditoria compartilhada com o TRF1 sobre gestão de Tecnologia da Informação nas Seções Judiciárias da 1ª Região
10	Ação coordenada de auditoria em governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
IX.2.12 SJ/RR	
1	Relatório de Auditoria de Gestão 2018
2	Auditoria na folha de pagamento
3	Auditoria sobre a segurança da informação
4	Auditoria sobre requisição e cessão de servidores
IX.2.13 SJ/TO	
1	Auditoria de gestão
2	Auditoria operacional – contratos administrativos vigentes em 2019
3	Auditoria operacional – imóveis – registros contábeis (SPIUNet x SIAFI)
4	Auditoria operacional – garantias contratuais e respectivos registros contábeis de controle no SIAFI
IX.2.14 SJ/PI	
1	Relatório de Auditoria de Gestão 2018
2	Auditoria compartilhada com o TRF1, sobre gestão de Tecnologia da Informação nas Seções Judiciárias da 1ª Região
3	Ação coordenada de auditoria em governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
IX.3 TRF - 2ª REGIÃO	
1	Auditoria de conformidade: contratos de obras
2	Auditoria de gestão: elaboração das peças do Processo de Contas Anual da 2ª Região
3	Auditoria de gestão: Segurança da Informação
4	Monitoramento do trabalho de levantamento de informações sobre o risco da perda de força de trabalho decorrente do significativo número de aposentadorias previstas até 2019
5	Monitoramento da auditoria sobre a conformidade do processamento do reajuste de pensões com paridade
6	Monitoramento da auditoria interna 2014, na área de Gestão de Material e Patrimônio
7	Monitoramento da auditoria interna 2014, na área de Gestão de Compras e Contratos
8	Monitoramento da auditoria das informações contábeis – PCASP 2015
9	Monitoramento da auditoria dos registros contábeis – 2016
10	Monitoramento da inspeção administrativa do CJF, na área de TI, realizada em abril/2016
11	Monitoramento da auditoria de acessibilidade – 2017
12	Monitoramento da auditoria interna 2014, na área de Gestão de Compras e Contratos
13	Monitoramento da auditoria sobre o processamento e o controle da concessão e pagamento dos benefícios do auxílio-saúde e do auxílio-alimentação
14	Monitoramento da auditoria integrada de repactuação, reajuste, revisão e retenções trabalhistas nos contratos de prestação de serviços, com e sem alocação de mão de obra
15	Monitoramento da auditoria conjunta para avaliação da gestão ambiental e licitações sustentáveis – 2015
16	Ação coordenada de auditoria – CNJ na área contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional
17	Ação coordenada de auditoria – CNJ, avaliação da Gestão Documental



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IX.3.1
SJ/ES

1	Auditoria de monitoramento da avaliação de controles internos nas licitações
2	Auditoria de monitoramento da conformidade na concessão do auxílio-saúde e auxílio-alimentação
3	Monitoramento de inspeção administrativa na concessão de uso de espaço
4	Auditoria operacional na apuração e aplicação de penalidades
5	Auditoria de conformidade na Assistência Judicial Gratuita
6	Auditoria de monitoramento integrada nas repactuações, reajustes, reequilíbrio e retenções trabalhistas

IX.3.2
SJ/RJ

1	Auditoria operacional: procedimentos relacionados à inscrição em restos a pagar referentes à folha de pagamento
2	Auditoria operacional: procedimentos referentes à gestão da frota de veículos
3	Monitoramento: despesas com informática, incluindo aspectos orçamentários
4	Auditoria de conformidade: substituições de servidores em funções comissionadas e cargos em comissão
5	Monitoramento: auditoria de avaliação de controles internos no planejamento das aquisições
6	Auditoria operacional: dispensas e inexigibilidades de licitação
7	Monitoramento: concessão de benefícios – auxílio-saúde e auxílio-alimentação
8	Auditoria de conformidade: concessão de benefício auxílio pré-escolar
9	Auditoria de conformidade: gestão ambiental e licitações sustentáveis

IX.4
TRF - 3ª REGIÃO

1	Auditoria operacional – análise dos controles internos da frota de veículos, incluindo a manutenção e o abastecimento
2	Auditoria de conformidade nos registros de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2018
3	Auditoria operacional em ação coordenada pelo CJF, referente à avaliação da governança em Gestão de Pessoas
4	Ação coordenada de auditoria com o CNJ, referente à avaliação da governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
5	Auditoria operacional de avaliação dos controles administrativos no processo de trabalho de elaboração da folha de pagamento
6	Auditoria operacional de avaliação dos controles internos no planejamento e fiscalização das contratações com alocação de mão de obra
7	Monitoramento da avaliação dos padrões de criação e gestão dos processos e inclusão de documentos no SEI
8	Auditoria operacional de avaliação da gestão documental, coordenada pelo CNJ
9	Auditoria operacional de avaliação da gestão de projetos no âmbito do TRF3
10	Auditoria operacional de avaliação da observância às normas de acessibilidade nos fóruns da Justiça Federal da 3ª Região
11	Monitoramento da auditoria operacional sobre os controles de estoque, planejamento das aquisições e distribuição de equipamentos de TI
12	Monitoramento de governança de TI
13	Auditoria operacional de obras no TRF e na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
14	Auditoria especial de obras na Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul
15	Monitoramento da gestão de níveis de estoque de materiais de consumo
16	Monitoramento da auditoria de conformidade nas contratações de obras e serviços de Engenharia, no âmbito da Justiça Federal de São Paulo
17	Auditoria de conformidade no processo de concessão e manutenção de aposentadoria por invalidez e licenças médicas de servidores, no período de janeiro a dezembro de 2018



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**IX.4.1
SJ/SP**

1	Auditoria operacional – análise dos controles internos da frota de veículos, incluindo a manutenção e o abastecimento
2	Auditoria de conformidade nos registros de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2018
3	Auditoria operacional em ação coordenada pelo CJF, referente à avaliação da governança em Gestão de Pessoas
4	Ação coordenada de auditoria com o CNJ, referente à avaliação da governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
5	Auditoria operacional de avaliação dos controles administrativos no processo de trabalho de elaboração da folha de pagamento
6	Auditoria operacional de avaliação dos controles internos no planejamento e fiscalização das contratações com alocação de mão de obra
7	Monitoramento da avaliação dos padrões de criação e gestão dos processos e inclusão de documentos no SEI
8	Auditoria operacional de avaliação da gestão documental, coordenada pelo CNJ

**IX.4.2
SJ/MS**

1	Auditoria operacional – análise dos controles internos da frota de veículos, incluindo a manutenção e o abastecimento
2	Auditoria de conformidade nos registros de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos
3	Auditoria operacional em ação coordenada pelo CJF, referente à avaliação da governança em Gestão de Pessoas
4	Ação coordenada de auditoria com o CNJ, referente à avaliação da governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil
5	Auditoria operacional de avaliação dos controles administrativos no processo de trabalho de elaboração da folha de pagamento
6	Auditoria operacional de avaliação dos controles internos no planejamento e fiscalização das contratações com alocação de mão de obra
7	Auditoria operacional de avaliação da gestão documental, coordenada pelo CNJ

**IX.5
TRF - 4ª REGIÃO**

1	Ação coordenada de auditoria – CNJ referente à avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional
2	Auditoria de monitoramento da governança de Tecnologia da Informação
3	Auditoria de monitoramento de ativos e passivos
4	Auditoria de monitoramento da área contábil – compensado referente aos registros contábeis de diárias
5	Auditoria na gestão de material e patrimônio – TRF4
6	Auditoria na área de imóveis – TRF4
7	Auditoria de monitoramento da gestão ambiental e licitações sustentáveis – TRF4
8	Auditoria na apresentação de Declarações de Bens e Rendas 2019 – TRF4 e Seções Judiciárias
9	Auditoria na gestão de material e patrimônio – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
10	Auditoria na área de imóveis – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
11	Ação coordenada de auditoria – CNJ referente à avaliação da gestão documental
12	Auditoria de monitoramento na área contábil – VPD
13	Auditoria na gestão de material e patrimônio – Seção Judiciária de Santa Catarina
14	Auditoria na gestão de material e patrimônio – Seção Judiciária do Paraná
15	Auditoria na Transparência Pública – monitoramento das auditorias do CNJ e do CJF – TRF4
16	Auditoria na Transparência Pública – Seções Judiciárias da 4ª Região
17	Auditoria na área de Licitação e Contratos/Compras
18	Auditoria na área de Recursos Humanos – diárias



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IX.5.1 SJ/RS	
1	Auditoria na gestão ambiental e licitações sustentáveis
IX.5.2 SJ/PR	
1	Auditoria na gestão ambiental e licitações sustentáveis
IX.5.3 SJ/SC	
1	Auditoria na gestão ambiental e licitações sustentáveis
IX.6 TRF - 5ª REGIÃO	
1	Auditoria. Processos de concessão de suprimento de fundos
2	Auditoria. Licitações, atas de registro de preços e contratos quanto à análise da conformidade legal
3	Auditoria em Obras 2018
4	Auditoria no Relatório de Gestão 2018
5	Auditoria na avaliação dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras
6	Auditoria na avaliação da política de acessibilidade
7	Auditoria interna quanto à implementação do art. 29 da Resolução CNJ n. 211/2015
8	Auditoria Conjunta – ação com a auditoria do CNJ. Análise da adequação orçamentária e financeira do Tribunal
9	Auditoria. Avaliação da eficácia dos controles internos administrativos no reconhecimento e pagamento de DEA
10	Auditoria. Avaliação da eficácia dos controles internos administrativos
11	Auditoria. Dispensa e inexigibilidade com mão de obra, na área de Tecnologia da Informação
12	Auditoria nos processos de inexigibilidade
13	Auditoria de conformidade relativa à análise dos pregões homologados
14	Auditoria de monitoramento entre os saldos contábeis SPIUnet x SIAF
15	Auditoria operacional no contrato de manutenção do Datacenter
16	Ação coordenada do CNJ sobre avaliação da gestão documental
IX.6.1 SJ/AL	
1	Avaliação da gestão patrimonial
2	Avaliação dos processos de concessão de diárias
3	Avaliação da gestão de compras e contratações – regularidade de processos licitatórios por dispensa e inexigibilidade
4	Avaliação da Gestão de Pessoas – DEA
5	Avaliação da Gestão de Pessoas – procedimentos de cessão e requisição de pessoal
6	Avaliação da gestão de compras e contratações – sustentabilidade ambiental
7	Avaliação da gestão de compras e contratações – qualidade dos controles internos administrativos
8	Avaliação das medidas adotadas quanto aos reflexos da reforma trabalhista
9	Avaliação da política de acessibilidade
10	Avaliação sobre a força de trabalho das seções de controle interno
11	Avaliação dos processos de pagamento
12	Avaliação dos processos de folha de pagamento



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IX.6.2 SJ/CE	
1	Auditoria de gestão referente ao exercício de 2018
2	Auditoria nos pagamentos de diárias
3	Auditoria na área de pagamento de horas extras
4	Auditoria na área de pagamento de valores a servidores e magistrados em virtude de decisão judicial
5	Auditoria nas concessões de benefícios a servidores e magistrados
6	Auditoria na área de licitação de serviços de Engenharia
7	Auditoria nos processos de concessão de pensão civil instituídas por servidores
8	Auditoria quanto à avaliação da eficácia dos controles internos administrativos no reconhecimento e pagamento de despesas de exercícios anteriores
9	Auditoria nos processos de concessão de suprimento de fundos
10	Auditoria de monitoramento mensal das folhas de pagamento. Créditos bancários no sistema SARHs
11	Ação coordenada de auditoria – CNJ referente à avaliação da gestão documental
12	Auditoria na área de licitação de serviços de Engenharia
13	Auditoria em processos de folha de pagamento referentes aos meses de março a junho
IX.6.3 SJ/PB	
1	Auditoria de gestão, tratando dos seguintes assuntos: força de trabalho da Seção de Auditoria Interna, contratações e aquisições feitas por dispensa e inexigibilidade e qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações, sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, avaliação sobre os reflexos da reforma trabalhista nos contratos de terceirização de mão de obra, política de acessibilidade e controles internos no reconhecimento e pagamento de despesas de exercícios anteriores e nos procedimentos de cessão e requisição de pessoal
IX.6.4 SJ/PE	
1	Auditoria. Folha normal de pagamento do mês de fevereiro de 2019
2	Auditoria nos termos aditivos dos contratos continuados do exercício de 2019
3	Auditoria na folha de pagamento normal do mês de outubro de 2019
4	Auditoria para avaliação quanto à Gestão de Pessoas, referente ao exercício de 2018
5	Auditoria. Avaliação. Regularidade dos processos licitatórios e das contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação
6	Auditoria para avaliação quanto à utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras
7	Auditoria. Avaliação. Qualidade dos controles administrativos relacionados a compras e contratações
8	Auditoria para avaliação, quanto à abrangência, suficiência e resultados das medidas adotadas pela unidade auditada relacionadas aos reflexos da Reforma Trabalhista nos contratos de terceirização de mão de obra
9	Auditoria. Avaliação da política de acessibilidade da Seção Judiciária, em relação às medidas adotadas para o cumprimento das exigências da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e das normas Técnicas da ABNT
10	Auditoria para avaliação objetiva sobre a força de trabalho das seções de Controle Interno
IX.6.5 SJ/RN	
1	Avaliação da eficácia dos controles internos administrativos nos procedimentos de cessão e requisição de pessoal
2	Avaliação da eficácia dos controles internos administrativos. Reconhecimentos e pagamentos de Dívidas de Exercícios Anteriores
3	Avaliação da utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e de obras
4	Avaliação da qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5	Avaliação, quanto à abrangência, suficiência e resultados das medidas adotadas relacionadas aos reflexos da reforma trabalhista nos contratos de terceirização de mão de obra
6	Avaliação da acessibilidade em relação à política de Gestão de Pessoas quanto às pessoas com deficiência
7	Avaliação da acessibilidade nas páginas da Justiça Federal do Rio Grande do Norte na web
8	Avaliação da acessibilidade nas páginas da Justiça Federal do Rio Grande do Norte na web (internet e intranet), em relação ao conteúdo (informações), haja vista o disposto no AC-TCU-01832/18-P
9	Avaliação da acessibilidade nas edificações da Justiça Federal do Rio Grande do Norte (edifício-sede)
10	Avaliação da observância da ordem cronológica dos pagamentos estabelecida pelo art. 5º da Lei n. 8.666/1993
11	Avaliação objetiva sobre a força de trabalho da Seção de Controle Interno
12	Avaliação da elaboração e atualização do rol de responsáveis nos termos previstos na IN-TCU-063/2010
13	Avaliação da conformidade dos processos administrativos que tratam da concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos (regime de adiantamento)
14	Avaliação dos portais eletrônicos institucionais (intranet/internet) com requisitos legais e com boas práticas de transparência pública em relação às publicações dos assuntos referentes às concessões e pagamentos de diárias
15	Avaliação dos descontos realizados a título de contribuição previdenciária para o RPPS, em relação aos magistrados e servidores que optaram pelo Regime de Previdência Complementar (RPC)
16	Avaliação quanto à necessidade de adoção de lista de verificação e preventiva de controle interno nos processos administrativos, com vistas à observância da sequência certa e ordenada de atos
17	Ação coordenada de auditoria – CNJ avaliação da gestão documental
18	Avaliação da metodologia de cálculo dos valores iniciais dos proventos relativos a aposentadorias proporcionais ou por invalidez, concedidas a partir de 17 de agosto de 2004

IX.6.6
SJ/SE

1	Folha de pagamento – relatório de conformidade
2	Folha de pagamento – GAJU – relatório de conformidade
3	Suprimento de fundos – aprovação de contas do suprido
4	GAJU natalina – relatório de conformidade
5	Conformidade contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial
6	Folha de pagamento – relatório de conformidade
7	Avaliação da gestão de compras, contratações e aquisições por inexigibilidade e dispensa de licitação
8	Avaliação da força de trabalho na SCI
9	Avaliação dos reflexos da reforma trabalhista aplicados aos contratos de terceirização de mão de obra
10	Avaliação da utilização de critérios de sustentabilidade
11	Avaliação da política de acessibilidade
12	Avaliação de despesas de exercícios anteriores, cessão e requisição de pessoal
13	Avaliação da qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações
14	Auditoria no Sistema Informatizado de Controle de Frequência

X - PLANO ANUAL DE AUDITORIA – 2020

45. Em 2019, a SAI/CJF priorizou o mapeamento do processo de trabalho “Elaborar o Plano Anual de Auditoria – PAA”, com substrato na análise de risco das unidades auditadas, tendo o PAA 2020 sido elaborado com fulcro no referido mapeamento. A SAI/CJF realizou, assim, a análise de riscos dos processos auditáveis, mapeados a partir do Planejamento Estratégico do CJF, com a finalidade de garantir que os trabalhos de auditoria se concentrem nos objetos com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos seus objetivos.

46. Para isso, a SAI/CJF procedeu a uma avaliação sistêmica dos processos auditáveis, com base nos critérios da criticidade, da materialidade e da relevância. Foram



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

priorizados aqueles processos com maiores recomendações emitidas em exercícios anteriores e com maior fragilidade nos controles internos administrativos.

47. Os temas das auditorias a serem realizadas, além da análise dos riscos, basearam-se nos objetivos consignados no Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2015-2020 e nas macroações previstas no Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP 2018-2021.

48. A planificação dos trabalhos de auditoria pautou-se também em outros fatores impactantes, tais como o efetivo de servidores na SAI/CJF e o nível de qualificação do corpo funcional.

49. Considerando-se os critérios de materialidade, criticidade, relevância e risco em cada área administrativa deste Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, foram selecionadas as seguintes áreas para serem auditadas em 2020:

- 1) Ação coordenada de auditoria na acessibilidade dos Tribunais e Conselhos;
- 2) Conclusão da auditoria de governança em Gestão de Pessoas;
- 3) Auditoria conjunta de Tecnologia da Informação – CJF e Tribunais;
- 4) Auditoria no TRF da 2ª Região;
- 5) Auditoria na SJ/RJ;
- 6) Auditoria no TRF da 3ª Região;
- 7) Auditoria na SJ/SP;
- 8) Auditoria na SJ/DF;
- 9) Conclusão da auditoria no TRF da 5ª Região e SJ/SE e SJ/PE;
- 10) Auditoria da gestão patrimonial dos bens móveis;
- 11) Auditoria da gestão patrimonial dos bens imóveis;
- 12) Auditoria nas contratações diretas por dispensa;
- 13) Auditoria nas contratações diretas por inexigibilidade;
- 14) Auditoria de gestão;
- 15) Auditoria na execução dos contratos relacionados à Segurança Institucional;
- 16) Auditoria na gestão de riscos institucionais;
- 17) Avaliação dos controles internos administrativos do processo de acerto de contas;
- 18) Auditoria na capacitação relacionada à formação gerencial;
- 19) Conclusão da auditoria em processos de contratação por registro de preços (SRP) do CJF;
- 20) Conclusão da auditoria na fase externa da licitação de contratação de serviços para o CJF;
- 21) Conclusão da auditoria na folha de pagamento de pessoal do CJF;
- 22) Monitoramento da auditoria nas contratações relacionadas às construções da SJ/MG;
- 23) Conclusão do monitoramento da auditoria da execução, da compatibilidade de valores e da gestão do contrato de vigilância do CJF;
- 24) Monitoramento da auditoria do planejamento da contratação e fase interna da licitação do CJF;



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

25) Monitoramento da auditoria de Gestão Orçamentária e Financeira.

XI – CONCLUSÃO

50. É importante ressaltar que, dos achados e das recomendações resultantes das auditorias realizadas pelas unidades no exercício de 2019, não foram registradas quaisquer constatações graves ou danosas ao erário. Todas elas resultaram, de um modo geral, em recomendações voltadas à melhoria dos controles internos administrativos e da gestão.

51. O encerramento do exercício de 2019 deu-se com a satisfatória percepção de que a missão desta SAI/CJF teria sido cumprida com êxito. Apesar de contar com uma reduzida e insuficiente equipe de trabalho, as atividades foram desempenhadas com notável eficiência, trazendo indubitáveis benefícios para a Administração deste Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, seja na emissão de recomendações decorrentes das auditorias realizadas, as quais contribuem, de forma inequívoca, para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho institucionais, seja em face dos estudos e da elaboração de proposições normativas voltadas à atualização, seja pela padronização de procedimentos atinentes à atividade de Auditoria Interna.

52. Concluimos agradecendo ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, e à Exma. Sra. Secretária-Geral do órgão, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, pelo pronto e incondicional apoio que sempre foi emprestado a esta Secretaria, fato que muito concorreu para os esperados resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias internas.

53. De forma muito especial, agradecemos, também, a todo o corpo funcional desta Secretaria, formado por dedicados e zelosos servidores, os quais, e não sem grande sacrifício, souberam compensar, com sucesso e eficácia, a escassez de recursos humanos, cumprindo com excelência as suas atribuições funcionais.

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA
Secretário de Auditoria Interna do
Conselho da Justiça Federal